



DIVULGAÇÃO
DE RESULTADOS

2024

COMPANHIA TÉCNICA DE
COMERCIALIZAÇÃO DE
ENERGIA



GRUPO
energisa12





COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Cataguases, 25 de março de 2025 – A Administração da COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2024 e 2023. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33	809
Tributos a recuperar	5	86	87
Total do Circulante		119	896
Não circulante			
Tributos a recuperar	5	16	-
Depósitos judiciais	11	3.534	3.302
		3.550	3.302
Total do não circulante		3.550	3.302
Total do ativo		3.669	4.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	2.056	2.065
Impostos e contribuições sociais	8	15	15
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	113	112
Total do circulante		2.184	2.192
Não circulante			
Fornecedores	7	109.991	94.779
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	7.109	6.389
Partes relacionadas	6	6.246	5.654
Tributos diferidos	9	117.045	120.229
Outras contas a pagar		790	788
Total do não circulante		241.181	227.839
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	2.345	2.345
Prejuízos acumulados	15	(242.661)	(228.178)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	6	620	-
Total patrimônio líquido e recursos destinados para futuro aumento de capital		(239.696)	(225.833)
Total do passivo e patrimônio líquido		3.669	4.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	13	(282)	(271)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(282)	(271)
Receitas financeiras	14	251	444
Despesas financeiras	14	(17.636)	(15.310)
Despesas financeiras líquidas		(17.385)	(14.866)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(17.667)	(15.137)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	3.184	2.635
Prejuízo do exercício		(14.483)	(12.502)
Prejuízo por ações - R\$	15	(3.088,06)	(2.500,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício	15	(14.483)	(12.502)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(14.483)	(12.502)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2023		2.345	(215.676)	-	(213.331)
Prejuízo do exercício	15	-	(12.502)	-	(12.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.345	(228.178)	-	(225.833)
Prejuízo do exercício	15	-	(14.483)	-	(14.483)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	-	-	620	620
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.345	(242.661)	620	(239.696)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Geração do valor adicionado:			
(-) Insumos adquiridos de terceiros		282	271
Materiais, serviços de terceiros e outros	13	278	174
Outros custos operacionais	13	4	97
		282	271
Valor adicionado bruto		(282)	(271)
Depreciação		-	-
Valor adicionado líquido produzido		(282)	(271)
Valor adicionado recebido em transferência		263	466
Receitas financeiras	14	263	466
Valor adicionado total a distribuir		(19)	195
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(3.172)	(2.613)
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	17.636	15.310
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	15	(14.483)	(12.502)
		(19)	195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	15	(14.483)	(12.502)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	(3.184)	(2.635)
(Receitas) despesas com juros, variações monetárias - líquidas		1.604	1.275
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(aumento) diminuição de impostos a recuperar		(13)	3.049
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		15.203	12.981
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais e tributos diferidos		-	(1)
(Diminuição) de Cauções e depósitos vinculados		(232)	(3.081)
Aumento (diminuição) aumento de outras contas a pagar		2	(4)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(1.103)	(918)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		30	247
Aplicação de imobilizado		-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		30	247
Atividades de financiamento			
Mútuo com partes relacionadas		(55)	(68)
Pagamentos de empréstimos - juros	10	(268)	(268)
Adiantamento para futuro aumento de capital		620	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		297	(336)
Variação líquida do caixa		(776)	(1.007)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4	809	1.816
Caixa e equivalentes de caixa finais	4	33	809
Variação líquida do caixa		(776)	(1.007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Técnica de Comercialização de Energia
Notas explicativas às demonstrações financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (“Companhia” ou “CTCE”) Companhia integrante do **Grupo Energisa** é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, controlada pela Companhia Rede Energia Participações S/A (“REDE”). A sociedade tem por objetivo a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica.

A Companhia teve sua autorização para operar na comercialização de energia elétrica revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em 2024, a Companhia permanece proibida de comercializar energia elétrica. A Energisa S/A assumiu o controle indireto da Companhia em 2014, e vem apenas negociando suas dívidas com os credores e partes relacionadas.

Em 26 de novembro de 2012, a controladora Rede Energia Participações S/A (“REDE”), publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia.

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação da REDE e suas controladas vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da recuperação judicial.

Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei nº 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação, em decisão datada de 11 de outubro de 2016. Na sequência, o credor Banco do Nordeste do Brasil interpôs apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social da REDE e de suas controladas (Recuperadas), o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, estando pendente o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 31 de dezembro de 2024 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, no montante de R\$117.566 (R\$101.631 em 2023) sendo que R\$7.222 (R\$6.501 em 2023) refere-se a empréstimos, financiamentos e encargos de dívida, e R\$110.344 (R\$95.130 em 2023) a fornecedores, é como segue:

Descrição	Valores
= Saldo em 2022	88.024
(+) Atualização ⁽¹⁾	3.498
Reversão Ajuste a Valor Presente ⁽²⁾	11.070
(-) Pagamento	(961)
= Saldo em 2023	101.631
(+) Atualização ⁽¹⁾	3.520
Reversão Ajuste a Valor Presente ⁽²⁾	13.376
(-) Pagamento	(961)
= Saldo em 2024	117.566



- (1) Atualização de 1% a.a. aplicado sobre os saldos de fornecedores e de empréstimos e financiamentos habilitados na Recuperação Judicial na Opção "A";
- (2) **Ajuste a Valor Presente:** registrado pela Companhia para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial, opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e C. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição da Companhia.

1.1 Capital circulante líquido negativo

A Companhia apresentou em 2024, patrimônio líquido negativo no montante de R\$239.696 (R\$225.833 em 2023) e capital circulante líquido negativo de R\$2.065 (R\$1.296 em 2023), ocasionado principalmente por parcelas de curto prazo de contas a pagar. A Administração considera que a necessidade de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora indireta Energisa S/A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Tributos a recuperar: recuperação ou compensação de impostos e contribuições efetuadas a maior;
- II. Nota explicativa nº 11 - Provisões para riscos cível e fiscal: estimativa de perda em processos; e



- III. Nota explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Ajuste a valor presente:** determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;
- c. **Tributos a recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- d. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- e. **Transações com partes relacionadas - Remuneração dos administradores:** a remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) – Divulgações de Partes Relacionadas;
- f. **Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia têm normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.



Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício;

g. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável;

- h. Empréstimos e financiamentos:** são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- i. Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

j. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de



caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente: para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida, a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.



Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.



Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 16.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração: os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como



o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

- k. **Demonstração do valor adicionado:** preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/2024 e NBC TG09/CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 99,7% do CDI.



	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	33	30
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	779
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	33	809

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	99	85
Contribuições ao PIS e à COFINS	3	2
Total	102	87
Circulante	86	87
Não circulante	16	-

6. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A que detém 99,98% do capital total, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (91,48% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Passivo	Receita (despesa) Financeira	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽²⁾
Energisa S/A ⁽¹⁾	(6.246)	(647)	-
Rede Energia Participações S/A	-	-	(620)
2024	(6.246)	(647)	(620)
2023	(5.654)	(660)	-

⁽¹⁾ Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,9159 a.a. (CDI +1,0324 a.a. em 2023);

⁽²⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

7. Fornecedores

	2024	2023
Credores opção A em Recuperação Judicial ⁽¹⁾	19.226	17.367
Credores opção C em Recuperação Judicial ⁽²⁾	91.118	77.763
Materiais e Serviços	1.703	1.714
Total	112.047	96.844
Circulante	2.056	2.065
Não Circulante	109.991	94.779

⁽¹⁾ Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos em 22 anos (Opção "A"). Sobre esse saldo devedor foi aplicado o desconto a valor presente utilizando uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos;

⁽²⁾ Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos a vista (Opção "C"). A Companhia renegociou sua dívida referente a recuperação judicial com a Energisa S/A, que efetuou o pagamento de uma parcela à vista aos credores da Companhia.



8. Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	14	12
Contribuições ao PIS e à COFINS	1	1
Outros	-	2
Total – Circulante	15	15

9. Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido, registrado pela Companhia, foi gerado sobre as diferenças temporárias oriundas do saldo de ajuste a valor presente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, seguindo os requerimentos dispostos no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

	2024	2023
Passivo		
Diferenças temporárias – ajuste a valor presente		
Imposto sobre a Renda	(86.062)	(88.404)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(30.983)	(31.825)
Total – passivo não circulante	(117.045)	(120.229)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2024		2023	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajuste a valor presente – recuperação judicial	(344.251)	(117.045)	(353.614)	(120.229)

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apropriada no resultado do exercício, podem ser assim demonstrados:

	2024	2023
Prejuízo antes dos Impostos	(17.667)	(15.137)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	6.007	5.146
Ajustes:		
Créditos tributários não constituídos no exercício	(1.459)	2.635
Créditos (débitos) tributários constituídos no exercício	(1.364)	(5.146)
Imposto de renda e contribuição social	3.184	2.635
Alíquota efetiva	18.02%	17.41%

10. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:



	Saldos em 2023	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste a Valor Presente	Saldos em 2024
Mensurados ao custo					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado	6.501	(268)	270	719	7.222
Total do custo	6.501	(268)	270	719	7.222
Circulante	112				113
Não circulante	6.389				7.109

	Saldos em 2022	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste a Valor Presente	Saldos em 2023
Mensurados ao custo					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado	5.875	(268)	268	626	6.501
Total do custo	5.875	(268)	268	626	6.501
Circulante	111				112
Não circulante	5.764				6.389

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a)	Covenants
	2024	2023					
Credores "RJ" - BMG	7.222	6.501	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	NA
Total em Moeda Nacional	7.222	6.501					

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos programados para novembro de 2035, conforme acordo de recuperação judicial.

11. Provisões para riscos cível e fiscal

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos, decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria cível e fiscal.

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$3.534 (R\$3.302 em 2023). Não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto.

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de natureza cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

	Cível	Fiscal	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	45.468	3.381	48.849	46.171
Mudança de prognóstico e valor do pedido	281	(3.622)	(3.341)	434
Atualização monetária	2.144	241	2.385	2.244
Saldo em 2024 e 2023	47.893	-	47.893	48.849



Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis.

Cível

Tipo de Ação	Processo	Objeto	2024	2023
Arbitragem	07_2021	Processo de arbitragem movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. A Administração entende que ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.	44.736	42.610

12. Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$2.345 (R\$2.345 em 2023) representado por 4.690 ações ordinárias (4.690 em 2023) sem valor nominal.

13. Despesas operacionais

As despesas operacionais especificadas na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza dos Gastos	Despesas gerais e administrativas	Total	
		2024	2023
Serviços de terceiros	278	278	174
Outras	4	4	97
Total	282	282	271

14. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	30	247
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(12)	(22)
Juros Selic sobre impostos a recuperar	2	32
Outras	231	187
Total receitas financeiras	251	444
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas – variação monetária e cambial	(270)	(268)
Atualização de mútuo	(647)	(660)
Atualização credores opção "A" – empréstimos e fornecedores	(3.250)	(3.229)
Reversão ajuste a valor presente – opção "A" e "C"	(13.376)	(11.070)
Outras	(93)	(83)
Total despesas financeiras	(17.636)	(15.310)
Despesas financeiras líquidas	(17.385)	(14.866)



15. (Prejuízo) por ação

Resultado básico por ação	2024	2023
Numerador		
(Prejuízo) do exercício	(14.483)	(12.502)
Denominador		
Média ponderada de número de ações	4.69	4.69
(Prejuízo) básico em R\$ por ação	(3.088,06)	(2.500,40)

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

16.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise, e não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		33	33	809	809
		33	33	809	809

PASSIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		112.047	112.047	96.844	96.844
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		7.222	7.222	6.501	6.501
Débito com partes relacionadas		6.246	6.246	5.654	5.654
		125.515	125.515	108.999	108.999

Não derivativos – classificação e mensuração

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: os instrumentos financeiros estão classificados como



passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

16.2 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 6). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Diretoria Executiva

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Vice-presidente Executivo

Antonio Carlos de Andrada Tovar

Diretor

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC/RJ nº 107.310/0-0

Companhia Técnica de Comercialização de Energia

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Técnica de Comercialização de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Técnica de Comercialização de Energia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards” emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na qual a Companhia divulga que teve sua autorização para operar na comercialização de energia elétrica revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia permanece proibida de comercializar energia elétrica. A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2024 patrimônio líquido negativo no montante de R\$239.696 mil (R\$225.833 mil em 2023) e capital circulante líquido negativo de R\$2.065 mil (R\$1.296 mil em 2023), ocasionado principalmente por parcelas de curto prazo de contas a pagar. A Administração considera que a necessidade de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia serão garantidos pela controladora indireta Energisa S.A. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme mencionado nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante, o que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4